

GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTAVEL E COOPERATIVISMO

José Odelso Schneider

odelso@hotmail.com

1. COOPERATIVISMO E GLOBALIZAÇÃO

1.1. Considerações introdutórias.

A humanidade vive hoje num período de fantásticas e complexas conquistas científicas e tecnológicas e a uma velocidade crescente. Este processo vive-se especialmente no sistema econômico capitalista, que muito contribuiu para agilizar o processo de inovações e mudanças em curso.

Mas, esse sistema passa hoje por uma crise, que não pode ser confundida com as perturbações cíclicas do sistema, provocadas pela superprodução. A crise econômica atual acelera o processo de centralização e globalização do capital, que se manifesta pela onda de aquisições, incorporações e megafusões de empresas.

A concentração do capital vem acompanhada pela concentração de decisões, de propriedades, de conhecimentos e do domínio da tecnologia. Seguindo essa tendência, o setor financeiro passou a gozar de grande autonomia em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo que está totalmente subordinado ao setor financeiro. Com o avanço das telecomunicações e da informática, as transações financeiras globais ascendem a 1,5 trilhões de dólares ao dia.. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano.

As políticas propostas ou impostas como “solução” pelas classes que encarnam os interesses do grande capital e a tecnoburocracia, apontam para os “benefícios” da globalização econômica, financeira e comercial, tão defendidos pelo FMI, o BANCO MUNDIAL e a OMC, até há pouco tempo, ou seja, enquanto predominava “o Consenso de Washington”.

O atual processo em curso é comandado pelas grandes corporações transnacionais, que procuram abrir novos mercados para sua produção, e ao mesmo tempo, recuperar as taxas de lucro, reduzindo seus custos através do aumento da exploração dos trabalhadores, ou através da automação, reduzindo salários, aumentando a jornada de trabalho dos que permanecem no emprego, eliminando os direitos dos trabalhadores, suprimindo as conquistas sindicais e previdenciárias, obtidas na era de ouro da expansão do capitalismo e que foram o resultado de conquistas da classe trabalhadora, ao longo dos 250 anos do capitalismo industrial. Desmantelou-

se o Estado de Bem-Estar Social, em relação ao qual, até com alguma razão se dizia, que era demasiado perdulário, lento, burocratizado e com ineficiência crescente.

Portanto, a globalização trouxe benefícios, mas também muitas consequências sociais negativas, como o aumento do desemprego, a precarização dos contratos de trabalho, e crescentes agressões aos direitos de organização sindical e ao próprio equilíbrio ambiental. Na expressão de **Roberto Rodrigues**, por ocasião da abertura do " Congresso Rio Cooperativo 2000", quando era Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, ocorre " um trágico casamento da globalidade econômica com o liberalismo comercial. Desse casamento surgem duas apocalípticas figuras, que varrem o planeta, com sua energia extraordinária que é a concentração x exclusão social. Conseqüentemente a democracia e a paz correm sérios riscos no mundo de hoje.

O neoliberalismo surge como uma resposta das elites econômicas, à crise da atualidade. As soluções que se propõem, adquirem ares de verdade absoluta, após a "derrocada do socialismo real". Seu objetivo é basicamente elevar as taxas de lucro das multinacionais e dos entes financeiros. Haveria em seguida uma recomposição dos níveis de investimento e se viabilizaria um novo padrão de acumulação e uma nova fase de crescimento econômico capitalista.

1.2. O neoliberalismo, a queda do capital social e a opção cooperativista.

As cooperativas são uma resposta para os problemas impostos pela globalização.. Por um lado, geram empregos, por outro, elas são um contrapeso à concentração de riquezas. E se as cooperativas, em nome do princípio da integração buscam a concentração, no cooperativismo, tal concentração não representa a exclusão, como no modelo capitalista. É uma concentração de centenas ou milhares de associados produtores rurais, artesanais, poupadores, consumidores, prestadores de serviços. A integração/concentração de empresas que representam milhões de co-proprietários cooperativados, é um processo que reforça as condições para uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades.

No contexto antes traçado, as cooperativas de todos os ramos sofrem a mesma pressão por mais eficiência e competitividade: Estas demandam capitalização, fidelidade, transparência, gerência, profissionalismo, marketing, qualidade e controle de custos, constante qualificação dos recursos humanos, fusões, alianças estratégicas, legislação específica atualizada, etc.

As cooperativas são organizações criadas para servir a seus membros, e portanto, devem adaptar-se à nova realidade internacional, sem perder de vista sua identidade específica., sua marca central. As cooperativas precisam mostrar ao mundo que as grandes bandeiras sociais como pleno emprego, distribuição de renda, justiça social, segurança alimentar, defesa do meio-ambiente, desenvolvimento local e regional sustentável, são também suas bandeiras, porque

assim pregam seus princípios. Na medida em que realizam isso, as cooperativas assumem hoje um novo papel,: serem defensoras das democracias e promotoras da paz.

Diz com muita propriedade Roberto Rodrigues que o cooperativismo deve ser uma **ponte entre o mercado e o bem-estar das pessoas e suas comunidades**. Sua eficiência deve buscar a geração de sobras, mas, que não podem ser um fim em si mesmas, e sim, o material de construção da ponte. O cooperativismo desenvolve a esperança, único combustível da vida. E a esperança, combustível do amor, é o grande alicerce da Democracia e da Paz.

A cooperativa é importante instância para ajudar a construir **o capital social**, hoje tão descuidado e do qual tanto fala Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998 e também corroborado por Puttnam e Coleman. Segundo eles, o desenvolvimento das nações é determinado por um **leque de capitais**: o **capital natural** (recursos naturais, terra, água), o **capital físico** (construções, móveis, veículos), o **capital financeiro** (dinheiro, ações), o **capital humano** (educação, saúde) e o **capital social**.

Até recentemente, só os 4 primeiros eram considerados responsáveis pelo crescimento dos povos. Mas, especialmente após a queda dos muros, ficou claro, que eles não eram suficientes para um desenvolvimento equitativo e sustentável. Surgiu daí a tese do capital social, como quinto elemento. Consiste em que as pessoas devem participar de organizações que realizam negócios, com vistas ao progresso social e econômico.

O capital social é, portanto, a base da equidade, porque as pessoas confiam umas nas outras, para trabalhar solidariamente. E, parafraseando Roberto Rodrigues, **as cooperativas são o cofre para estocar confiança, participação e parceria, elementos do capital social**. Mas, ao mesmo tempo, elas são o braço econômico da organização social.

2. A globalização, a construção da cidadania e o Cooperativismo.

2.1. O que é ser cidadão? Ser cidadão é ser o sujeito que, tendo direito à vida no sentido pleno, procura construí-lo coletivamente, "não só em termos de necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no universo" (COVRE, 1991) .

Segundo Covre, ser cidadão é ser um sujeito agente e um sujeito receptor. **Agente**, na medida em que trabalha para a conquista dos direitos e, **receptor**, na medida em que usufrui e recebe os benefícios sociais.

Há 3 conjuntos de direitos, que se relacionam reciprocamente e que fazem parte da construção da cidadania:

- **Direitos civis**: de locomoção, de liberdade, de expressão.
- **Direitos sociais**: alimentação, habitação, saúde, educação.

- **Direitos políticos:** deliberação do homem sobre a vida, ao direito de ter a livre expressão de Pensamento e de prática política e religiosa.

Ser cidadão é também **ter deveres: ter responsabilidades, compromissos**, cumprir as normas e as propostas elaboradas e decididas coletivamente. O cidadão, no cumprimento dos seus deveres, procurará desenvolver "ações adequadas", assumindo responsabilidades em conjunto com a comunidade, cumprindo as normas e as propostas elaboradas e decididas coletivamente. Também desenvolve "ações adequadas", ao , votar e ou fazer parte do governo, pressionar através dos grupos de pressão e dos movimentos sociais, ao participar de associações e entidades comunitárias no sindicato, no partido, no bairro, na escola, na categoria profissional, na cooperativa. Inclui-se também aqui o dever de apoiar e pressionar o governo municipal, estadual, nacional, internacional.

O cidadão é o indivíduo que, tomando consciência da situação em que vive, age de acordo com ela. Por isso o cidadão brasileiro procura formar uma **consciência crítica** da realidade internacional, brasileira e da realidade local e deverá agir segundo esta consciência, procurando coletivamente transformá-la para algo melhor.

Há condicionamentos históricos, sociais e culturais, que podem influir na consciência e atuação dos cidadãos, como, por exemplo, um sistema escravista, feudal, capitalista, ou um ambiente predominantemente urbano ou rural.

2.2. Alguns requisitos da cidadania

- a) **A cidadania não se esgota na dimensão político-participativa**, mas **abrange igualmente a dimensão econômico-produtiva**, bem como **a dimensão cultural**, traduzindo-se na capacidade organizada de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento em todos os níveis da sua existência . Participar na elaboração e execução de um projeto de desenvolvimento, é uma oportunidade que permite desdobrar a produção, a renda e o trabalho, para atingir outras dimensões, especialmente a dimensão qualitativa. O desenvolvimento é um processo que não pode prescindir dos cidadãos.
- b) **A construção da cidadania não se dá apenas com participação periódica** na política, por ocasião das eleições, de 4 em 4 anos. Ela é uma participação importante, mas não suficiente para fazer avançar o espaço da cidadania. Em face da crescente complexidade na administração e no controle das instancias do poder da sociedade atual, a construção da cidadania deve ocorrer num **esforço de participação permanente**, num **empenho cotidiano** de construção da democracia econômica, social e cultural e também no empenho pela preservação do meio ambiente. Ela tem condições de efetivar-se, não agindo individualmente, mas sobretudo, através das associações, dos sindicatos, dos movimentos

sociais, das cooperativas, das Ongs, etc. E é precisamente neste campo mais amplo da construção da cidadania em prol democracia plena e integral, que o cooperativismo pode dar uma importante contribuição.

c) A cidadania não se outorga por decreto: conquista-se. As sociedades que chegaram a garantir atributos e conquistas avançadas à população, passaram por transformações profundas e radicais. Onde há instituições cristalizadas em benefício apenas de setores minoritários dominantes, onde o Estado é o parceiro preferencial da acumulação, da exploração e da exclusão, mais necessário se torna organizar-se e mobilizar-se para **a conquista constante e cotidiana da cidadania**. Na conquista da cidadania urge superar a desarticulação e integrar os movimentos populares, promovendo **a construção de baixo para cima**, eliminando as perversas desigualdades existentes e a crescente concentração x exclusão no plano das camadas sociais, dos municípios, dos estados, do país e do mundo.

d) As Redes de Solidariedade como formas atuais de expansão da cidadania e do capital social:

As redes de solidariedade são uma forma eficaz de fazer avançar o espaço da cidadania. Vejamos cinco aspectos relativos a tais redes.

d.1) Uma promoção "de baixo para cima", que elimine ou pelo menos diminua as gritantes desigualdades e exclusões existentes, precisa fazer ampliar o **capital social**. Este foi muito esquecido até agora e deve ser fomentado junto e ao lado do capital econômico, do capital político e do capital cultural. **São elementos componentes do capital social, as diversas redes** que constituem a comunidade cívica (instituições, serviços, relacionamentos), ou seja: 1. Organizações voluntárias e associações dos mais diversos tipos; 2. A sensação de pertença à comunidade cívica; 3. O sentimento de solidariedade e igualdade entre os membros dessa comunidade; 4. As normas de cooperação, reciprocidade e confiança que governam o funcionamento das redes

d.2) **No contexto do capital social situa-se a "qualidade de vida"**, bem como a capacidade envolvida nos modos de ser e de agir das pessoas. As situações nas quais a vida humana floresce, dependem de coisas aparentemente elementares como: 1. Estar vivo; 2. Estar bem nutrido; 3. gozar de boa saúde; 4. Ter respeito próprio; 5. Ser respeitado pelos outros; 6. Tomar parte na vida associativa e política; 7. Assegurar um nível de integridade das condições de existência das mulheres; 8. Capacidade de sentir, imaginar e pensar, de se vincular, de viver respeitando a natureza e a preservação do meio ambiente.

d.3) **A cidadania** torna-se hoje cada vez mais o **fulcro da articulação entre a legitimidade, a igualdade e a integração social**. É ela que, ao assumir feições cada vez mais normativas,

fomenta a "necessidade" das virtudes cívicas, tão necessárias para uma participação ativa da cidadania na construção de uma sociedade mais justa, equitativa, democrática e participativa.

d.4) A construção da cidadania requer uma clara consciência do ambiente provocado pela **abertura indiscriminada à globalização**, que **gerou um clima de iniquidade, de hiperexploração, de neocolonialismo e de exclusão** que tanto emperram a modernização das estruturas sociais. Há os muitos efeitos perversos da modernização que precisam ser atacados, pois, os "milagres" econômicos, os processos de industrialização e de urbanização, a "revolução verde" na agricultura, geraram resultados muito aquém das suas expectativas.

d.5) Com as múltiplas mudanças em curso, explodindo em todas as direções e a velocidades crescentes, verifica-se hoje em muitos ambientes um verdadeiro **processo de "dissolução social"**, com a significativa perda de capital social : Estão presentes neste processo o esvaziamento e a perda da credibilidade das entidades associativas, sindicais e cooperativas, a anomia, a desintegração, a pulverização, a atomização, o desequilíbrio, a instabilidade, a desafeição, o retraimento aos grupos primários (refúgio na família, na pequena comunidade, no clã e na tribo), a ruptura ou a perda de identidades (locais, municipais, regionais), entre outros.

2.3. É possível reverter o processo da "desmobilização social" , através do avanço da cidadania? - Os contrapontos da globalização.

2.3.1. Como reverter o processo de desmobilização?

a) Os cooperativistas acreditam que é possível responder afirmativamente a esta questão. Sem negar a realidade e as vantagens da globalização, que beneficiam empresas e cidadãos, é preciso, entretanto, estabelecer certos critérios e limites no processo da globalização, que atendam prioritariamente aos interesses e às necessidades das pessoas e da economia local, regional e nacional. Abertura sim, mas dentro de certos critérios de equilíbrio e justiça!

É preciso criar "**freios e contrapesos**", ou estimular os "**contrapontos**" ao processo da globalização. A democracia ocidental só progrediu, ao fugir das formas totalitárias das monarquias absolutistas, graças à criação de contrapontos no processo democrático, como os sugeria Montesquieu, no "O espírito das Leis". : O poder executivo passou a ser controlado pelos Poderes Legislativo e Judiciário, o Judiciário foi controlado pelos Poderes Executivo e Legislativo, e o Legislativo, por sua vez, controlado pelos poderes Judiciário e Executivo. Os três níveis de poder passaram a funcionar autonomamente, mas ao mesmo tempo, de forma complementar entre si.. É esse equilíbrio de poder, caracterizado pelo controle recíproco entre poderes iguais, que permitiu à democracia ocidental avançar tanto no plano político-representativo nos seus 250 anos de vigência.

b) Pois, no processo de globalização, um dos contrapontos poderá ser a afirmação do poder local e regional, pois, hoje tende a espalhar-se cada vez mais a opinião que quanto mais globais os problemas, mais locais são as suas soluções.

É nos contatos face a face, que se constrói e reconstrói efetivamente o coletivo. São os equipamentos da memória coletiva, com o intercâmbio de valores, bens e serviços, que ajudam a reforçar a construção dos empreendimentos coletivos locais. A máxima antes mencionada de pensar-se globalmente os problemas, mas agindo localmente para solucioná-los, tem aqui o seu sentido. É no plano local, devido à maior homogeneidade cultural, social e econômica, devido a valores mais grupalmente assumidos, devido às ideossincrasias locais, é que melhor se pode encontrar soluções para as situações de injustiça, de desigualdade, de desemprego, de fome, de violência, etc. Há um maior compromisso recíproco entre pessoas que vivem próximas e se conhecem e têm uma visão mais adequada de problemas comuns. Neste ambiente é possível buscar formas cooperativas de trabalho e de organização e isto, em parceria com ações políticas locais.

É pela construção de redes que partam do âmbito local e evoluam para o regional, estadual, e nacional, que se conseguirá construir formas mais adequadas e autônomas de desenvolvimento. É formando correntes de sinergia que lentamente, fluam passo a passo "de baixo para cima", "das bases para as cúpulas", "do pequeno em direção ao grande", que se conseguirá construir um modelo econômico e de sociedade que seja mais identificado com as realidades e necessidades locais.

Ulrich Beck, ao analisar o processo da globalização entende que a máxima de "pensar globalmente e agir localmente" torna-se cada vez mais uma realidade. Por um lado, é cada vez mais forte a impressão que os povos possam governar-se não apenas sob um plano nacional, mas igualmente através de novas instituições internacionais. Aparecem hoje cada vez mais problemas globais, como por exemplo, os programas internacionais em prol dos direitos humanos e dos refugiados. E pergunta Beck, qual o papel que cabe aos cidadãos neste contexto? Mas, por outro lado, percebe-se cada vez mais a influência crescente das iniciativas locais e de base, no bojo do processo de globalização. Expressão disso é a grande pressão em prol da descentralização e da transparência da política, onde a estrutura monocêntrica do poder está sendo substituída por uma repartição policêntrica do poder (BECK, Ulrich, 2003, p. 54-55).

Em prol da última tendência muito estão contribuindo os processos de intensificação informacional, que superam distâncias geográficas e sociais. Um número crescente de pessoas, de idéias e de bens encurtam espaços e o tempo. E as tecnologias informacionais reforçam a interdependência entre as comunidades locais, nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo que

se criam e se consolidam cada vez mais entidades internacionais como o FMI, o Banco Mundial, as transnacionais, os cartéis, as marcas, as Igrejas, tendem a manifestar-se iniciativas que visam resgatar raízes locais, no plano das famílias, das comunidades e das regiões. Por exemplo, ao mesmo tempo em que ocorre a desejada ampliação e a consolidação da União Européia, ressurgem nesta mesma Europa os regionalismos, como uma tentativa de contrapeso ao processo da globalização . “O fato que a globalização não significa somente de-localização, mas pressupõe a re-localização, deriva do próprio cálculo econômico. Ninguém pode produzir num âmbito global, literalmente falando. Mesmo as indústrias que produzem e comercializam globalmente seus produtos, devem desenvolver laços locais. Isso em primeiro lugar porque sua produção surge e se rege sobre esteios locais, e em segundo lugar, porque também o símbolos globalmente comercializados, devem ser filtrados através de material que brota da cultura local...”(BECK, 2003, p. 66.)

Porém, de-localização e re-localização não significam automaticamente renascimento da dimensão local. Colocadas em conjunto, envolvem certamente múltiplas conseqüências, mas implicam sobretudo que a cultura local não pode mais justificar-se, determinar-se e renovar-se diretamente na sua unicidade ou univocidade contra o mundo. O local e o global não se excluem, mas são um aspecto do global, onde a globalização significa também o unir-se, o encontrar-se de culturas locais, que neste contexto devem redefinir seus conteúdos. É o processo de transformação cultural que Robertson tende a denominar de “glocalização”, como fusão entre “globalização” e “localização” (BECK, 2003, P. 69). Para Beck é importante a consequência metodológico-pragmática deste axioma. “A globalização – aparentemente o que é enormemente grande, o que é externo, o que enfim chega e esmaga todo o resto – pode ser colhida nas pequenas coisas concretas de todos os dias, na própria vida, nos símbolos culturais, onde todos ostentam a sigla do *glocal* “..

Mas, por outro lado, Bauman, igualmente citado por Beck, ao analisar o nexos entre o global e o local, conclui que ambos podem ser faces da mesma medalha, mas onde as duas partes da população mundial vivem em lados diferentes e só vêem uma face. “Alguns são cidadãos do mundo, outros estão amarrados ao seu posto (....). A glocalização é em primeiro lugar e antes de tudo, uma nova repartição de privilégios e de privação de direitos, de riqueza e pobreza, de possibilidades e de falta de perspectivas, de potência e impotência, de liberdade e ausência da mesma. Poderia dizer-se que a glocalização é um processo de neo-estratificação mundial, no curso da qual vem sendo construída uma nova hierarquia sócio-cultural mundial e autoreprodutora. (.....) O que para uns é uma escolha livre, para outros é um destino implacável e impiedoso. Isso porque os primeiros crescem em concentração de poder, riqueza e

conhecimentos e os segundos crescem continuamente de número e se aprofundam cada vez mais no desespero, provocado por uma existência privada de perspectivas” (BAUMANN, Zygmunt, citado por BECK, 2003, p. 75-76)

2.3.2. É possível resgatar num contexto de globalização o potencial das iniciativas locais?

A tendência da abertura indiscriminada à globalização, como conseqüência de uma mundialização capitalista corporativa e exógena, liderada pelo capital financeiro que por natureza é internacional, conduziu a um crescente desmantelamento das economias locais e regionais. O capital internacional busca, de forma prioritária, em qualquer parte do mundo aqueles locais e atividades que lhe ofereçam melhores taxas de lucro.

Será possível resgatar entre nós o que nos inícios da colonização das regiões interioranas do Brasil nos últimos 200 anos, representou um grande potencial de iniciativas e de geração de novas riquezas e de oportunidades de trabalho? O pioneirismo desbravador que ao longo dos últimos dois séculos semeou vilas, cidades e pólos de desenvolvimento regional e diversificado por diversas partes do interior do Brasil, revelou um potencial de iniciativas, de coragem e fé no futuro, que nos devem servir de estímulo e inspiração. Recentemente, porém, com o avanço do capitalismo e sobretudo com a globalização, tais economias locais foram esvaziadas, desmanteladas, empobrecidas, desacreditadas, excluídas. Enfim, tudo contribuiu para que muitas comunidades do interior perdessem a sua identidade, a sua fisionomia específica de comunidade autônoma e protagonista do seu destino. Essas comunidades passaram a assimilar um certo “complexo de inferioridade colonial”, reforçado pela propaganda massiva dos meios de comunicação, através do “efeito demonstração”, nos fazendo convencer que realmente tudo “o que vem de fora” ou “o que vem da metrópole” mundial é melhor. Não só as mais modernas tecnologias, mas também, as melhores teorias de modernização, as melhores iniciativas e decisões, as melhores criações culturais só podem provir dali.

Portanto, cabe recuperar a identidade de nossas comunidades do interior, cabe resgatar o potencial perdido e esquecido. Quantas potencialidades não poderão ser resgatadas e ativadas em cada município? Quantas lideranças locais, quantas forças econômicas, sociais e culturais locais adormecidas, num esforço de recuperação da autoestima, poderão desencadear seus potenciais e ser novamente geradores de riquezas e de oportunidades, como foram no passado?. Porém, as iniciativas de retomada de autoestima local precisam estar estreitamente **conectadas em redes de iniciativas semelhantes**, unindo-se estratégica, política e tecnicamente, em uma região e Estado, para adquirirem força e escala. Possivelmente os COREDES, as instâncias locais do Orçamento Participativo, as organizações regionais de sindicatos e cooperativas e outras entidades ou iniciativas semelhantes possam desencadear, incentivar e reforçar tais redes.

É muito mais no plano local que a maioria dos cidadãos leva a sua vida, pois é no âmbito local que eles têm suas raízes. . No âmbito local/municipal é que se desenvolve a maior parte dos ciclos da vida do cidadão: é nesse âmbito que ele nasce, cresce, se educa, trabalha e exerce a sua profissão, ama e constitui família, vive e curte a maior parte de sua vida.. É ali que vive sua família, ali tem sua casa, seus amigos, as pessoas de sua maior estima, etc.

2.3.3. Alguns benefícios das cooperativas em prol das comunidades locais.

Nesta tarefa tão importante e urgente, é que o cooperativismo muito tem a contribuir para o fomento e a geração de polos micro-regionais e locais de desenvolvimento integral, humano e sustentável. Pois os sócios de uma cooperativa são membros ativos daquela comunidade, nelas têm fincadas suas raízes. Na cooperativa exercitam a democracia e decidem coletivamente sobre os destinos do excedente gerado pela empresa. Enquanto tais, os associados priorizam também a reaplicação da maior parte dos excedentes gerados pela cooperativa dentro do próprio município ou da Região.

Poderíamos mencionar muitos exemplos desta influência positiva de cooperativas em suas regiões. Vamos restringir-nos apenas a alguns. Temos o exemplo do SICREDI, com seus 396 postos espalhados por todo o Estado do Rio Grande do Sul e de outros Estados e que em mais de 60 Municípios do Rio Grande do Sul, oferece a única agência bancária no Município. Por outro lado o mesmo cooperativismo de crédito, nas suas modalidades de crédito rural e de economia e crédito mútuo e de crédito médicas, num total de 1.066 cooperativas em dezembro de 2002, tem espalhados 2.137 pontos de atendimento em um país com 5.507 Municípios, representando 38,80% dos municípios brasileiros atendidos por este sistema.

Cite-se também o exemplo das cooperativas de produtores rurais, que enquanto tais e sendo razoavelmente geridas, são importantes geradoras de produção mais qualificada e de renda adicional para os produtores associados de cada localidade e região. Com a sua assistência técnica e os serviços de infra-estrutura, tendem a obter uma boa produtividade média por produtor, comparativamente a produtores não associados, muitas beneficiam o produto agregando valor ao mesmo e criam melhores canais de comercialização da produção. Sabe-se, segundo informações do Ministério da Agricultura, que somente 5% das propriedades rurais brasileiras tem infra-estrutura de armazenamento, enquanto na Argentina, a relação sobe para 25%. E seguramente, a maior parte dos produtores rurais que dispõe destas infra-estruturas, o devem a suas cooperativas ¹. Portanto, toda esta série de serviços contribui para melhorar a renda, cujo

¹ Outra iniciativa, de momento ainda tímida, mas que tende a aumentar, é a entrada em cena de novos canais de comercialização, que procuram praticar o “comércio justo”, ou o “Fair Trade”, pelo qual se procura privilegiar o intercâmbio comercial com pequenos produtores locais, que ainda recorrem a formas artesanais de produção, como no

excedente, devido às raízes locais do produtor cooperado, tende a ser reinvestido no local ou na região onde ele vive e trabalha.

Veja-se igualmente o depoimento de tantas prefeituras que em sua área abrigam a sede de uma cooperativa de produtores rurais, ou outros ramos de cooperativas, o quanto elas dão de retorno ao Município, em termos de tributos e de outros benefícios, comparativamente com outras empresas com as mesmas dimensões. Considere-se também o quanto as cooperativas são fator importante para um acréscimo significativo da renda dos associados, comparativamente a pessoas não associadas. Por exemplo, os associados de todas as cooperativas brasileiras representam apenas 3,02% da população brasileira, mas são responsáveis por 6% do Produto Interno Bruto do País (OCB. GETEC. Núcleo de Banco de Dados da OCB, Dezembro/2002). Há igualmente o relevante papel de desenvolvimento local das cooperativas de infra-estrutura, que através das atividades de eletrificação sobretudo rural, mas também urbana construíram 115.000 km de redes de energia elétrica, ou seja, o equivalente a 25 vezes a extensão do extremo norte ao extremo sul do país. Sem elas, muitas comunidades interioranas possivelmente até hoje não teriam acesso à energia, condição inicial básica para desencadear o desenvolvimento destas comunidades (OCB. GETEC. Núcleo de Banco de Dados da OCB, Dezembro/2002).

Por isso, o cooperativismo, lado a lado com outras iniciativas e entidades imbuídas do mesmo espírito de pioneirismo e autonomia, com a mesma preocupação pelo desenvolvimento individual

caso do café, leite, etc. É próprio da "Fair Trade Labelling Organization International (FLO)" conferir um Certificado de Produção Artesanal, que eleva em até três vezes o lucro de pequenos produtores rurais. Este Certificado Internacional atesta a qualidade e a rastreabilidade de itens como o café, chá, cacau, entre outros, produzidos de maneira artesanal. A produção é encaminhada para os Estados Unidos, o Japão, o Canadá e 17 Países Europeus. Numa das operações comerciais realizadas em junho de 2003 na região cafeeira de Minas Gerais, o lote de 640 sacas foi produzido por 12 famílias de pequenos cafeicultores, com propriedades entre meio hectare e 12 hectares, sediadas na região de Varginha. O comprador, a importadora Blazer Waters, forneceu o produto à rede Dunkin Donuts, que ofereceu, já no mês seguinte, café expresso nas lojas dos Estados Unidos. O comércio justo significa que agricultores poderão alimentar suas famílias e que suas crianças possam frequentar a escola, ao invés de trabalhar nas lavouras. Por receberem um preço justo, os agricultores podem evitar cortes de orçamento que sacrificam a qualidade da produção. Segundo a filosofia da FLO, os tradicionais métodos artesanais de cultivo resultam em produtos de excepcional qualidade. Além disso, a FLO entende que o pagamento de preço justo às famílias é de vital importância para evitar o fenômeno do êxodo rural e o crescente empobrecimento dos moradores no campo. "É uma honra para a Exprinsul ser reconhecida mundialmente como a empresa que está conseguindo viabilizar as vendas Fair Trade no Brasil. Ser conhecida como empresa que pratica comércio justo é nossa maior recompensa, bem como fazer parte de iniciativas com responsabilidade social, uma vez que não temos lucro financeiro com esta operação", afirma Cleber Marques de Paiva, presidente da Exprinsul (http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho a 2003-m06-d13-a.htm#Topo#Topo, Gazeta Mercantil).

e local, pode ajudar a construir os "contrapontos" da globalização, reafirmando o poder local e regional, como complemento ao processo da globalização ².

2.3.4. O papel das cooperativas como repassadoras do microcrédito: seu impacto sobre o desenvolvimento local.

Uma resolução recente do Conselho Monetário Nacional (CMN) permitirá que se formem cooperativas de crédito de livre associação - ou seja, abertas a qualquer pessoa e sem exigência de nenhum tipo de vínculo entre os cooperados, a não ser uma delimitação geográfica. Embora a medida seja aparentemente simples, o que está por trás é um plano para ampliar e difundir o sistema cooperativo de crédito de forma que ele se torne uma alternativa, de fato, aos bancos e financeiras, que cobram juros salgados sobre os seus empréstimos. No sistema de cooperativas, as taxas que remuneram os depósitos a prazo dos cotistas e as cobradas nas aplicações são, em geral, definidas pelos próprios cooperados, em assembléias. São, portanto, mais baixas as taxas de serviços e com isso o cooperado tem vantagens tanto como poupador quanto como prestamista. Com a permissão para a criação de entidades abertas, o governo quer facilitar a formação de cooperativas principalmente em municípios menores - o tamanho estará determinado na resolução do CMN -, onde a limitação hoje existente, torna difícil a obtenção de quantidade suficiente de trabalhadores para formarem uma cooperativa de crédito. As localidades menores também são as menos atendidas pelo sistema bancário e, portanto, têm menos acesso ao crédito. Como os bancos, as cooperativas também podem captar depósitos à vista e a prazo, mas apenas junto aos seus próprios associados, que são também os únicos que podem receber empréstimos dessas entidades. As cooperativas, principalmente as rurais atualmente, também podem tomar recursos em bancos oficiais para aplicar em crédito. A área econômica aposta no projeto como um poderoso instrumento para aumentar a concorrência no sistema financeiro e democratizar o acesso ao crédito, e, com isso tentar quebrar a resistência dos bancos em baixar os spreads (diferença entre a taxa captação e de aplicação) embutidos nos juros ao tomador final ([http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho a 2003-m06-d02-a.htm#Topo](http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho%20a%202003-m06-d02-a.htm#Topo), Valor Economico).

² Para vários especialistas, as cooperativas situam-se entre os melhores meios para uma efetiva distribuição regional da renda. Isso foi verificado pelo sociólogo Emory Bogardus nas décadas de 50 e 60 nos Estados Unidos. No Uruguai, a Cooperativa Central de Crédito, a COFAC, a maior entidade financeira privada do Uruguai, segundo informações de 1998/1999, transferia em torno de 70% do excedente gerado para as regiões onde tal riqueza era produzida. Enquanto isso, os bancos privados remetiam ou devolviam muito menos (em alguns casos somente 10%) para as regiões ou locais do interior, onde seu lucro era gerado. No Brasil, em várias regiões, pode constatar-se que é graças às cooperativas de produtores rurais, que o pequeno produtor consegue viabilizar-se no campo evitando assim, engrossar o fluxo migratório para os cinturões de pobreza e desemprego das regiões urbanas/metropolitanas. Tais cooperativas, apesar de suas possíveis deficiências, são efetivos focos irradiadores de geração de oportunidades de trabalho e renda em toda a região onde atuam.

Outro objetivo é criar, em todo o país, canais de concessão de microcrédito, inclusive com repasse de recursos de bancos oficiais às cooperativas que se formarem a partir do novo modelo. um pacote de medidas para aumentar a concessão de crédito no país, estimado em torno 3,950 bilhões de reais de 2003 a 2004, direcionado sobretudo às camadas mais pobres da população ³. Se destinará para capital de giro, compra de material de construção, etc., a juro baixo e preferentemente para trabalhadores da economia informal. Se trabalhará basicamente através de microempréstimos, com parcelas individuais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00. Cerca de 25 milhões de brasileiros terão assim sua primeira conta bancária, com taxas de juros não superiores a 2% ao mês (contra 330% para uma financeira, em cheque especial). O objetivo das medidas é democratizar o acesso ao dinheiro e reduzir seu custo. "Democratizar o crédito é também uma questão de cidadania", afirmou o Presidente Lula. "No Brasil, ele falta justamente para quem não dá calote, justamente para o pobre que compra e paga em dia, que não desvia o dinheiro, que não o remete para fora, que não tem conta em paraíso fiscal." ([http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho a 2003-m06-d26a.htm#Topo#Topo](http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho_a_2003-m06-d26a.htm#Topo#Topo), O Estado de São Paulo).

Outro objetivo é estimular a economia de modo a contrabalançar os efeitos negativos da alta taxa de juros mantida pelo Banco Central. A principal medida, é uma mudança na legislação para permitir o funcionamento de cooperativas de crédito abertas, que poderão operar com agências nas ruas e oferecer empréstimos e financiamentos a taxas de juros muito mais baixas do que as cobradas por bancos e financeiras. O pacote prevê também a concessão de microcrédito a pobres por meio de organizações não-governamentais, sindicatos e prefeituras. Os Bancos Oficiais, por exemplo, poderão repassar recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), ou do Protrabalho, entre outros. As cooperativas, ao operar com microcrédito, passariam a ser uma alternativa principalmente para a população de baixa renda, até para crédito ao consumo. Ao introduzir o modelo aberto de cooperativismo, pretende-se facilitar e estimular principalmente o surgimento de cooperativas de trabalhadores urbanos, formais ou informais, já que a prática entre produtores rurais já é consolidada ([http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia /Junho/a2003-m06-d03a.htm#Topo#Topo](http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/Junho/a2003-m06-d03a.htm#Topo#Topo), Folha de São Paulo)

A regulamentação atual restringe a formação dessas instituições sem fins lucrativos em áreas urbanas, pois exige algum tipo de vínculo profissional entre os associados. Se um grupo de trabalhadores quiser se reunir numa mesma cooperativa, em princípio, é

³ O montante de recursos, que deverá crescer de ano para ano, será formado com contribuições do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal, Tesouro Nacional, FAT e de Bancos Privados.

necessário que eles sejam ou da mesma empresa ou do mesmo conglomerado. Se pertencerem a empresas de donos diferentes, é preciso que essas empresas " desenvolvam atividades idênticas ou estreitamente correlacionadas por afinidade ou complementaridade " , diz a norma atual. No caso dos profissionais liberais e dos servidores públicos, pela regulamentação ainda vigente, as cooperativas também são necessariamente segmentadas. A segmentação só não existe mais para pequenos e microempresários, que, desde novembro de 2002, podem se juntar independentemente da atividade que desenvolvem. Até a década de 70, a regulamentação permitia a formação de cooperativas de livre associação no Brasil. Eram as chamadas cooperativas Luzzatti - referência ao italiano Luigi Luzzatti, que criou o modelo em 1864. Hoje existem apenas 13 delas no país. A formação de novas foi proibida e a maioria das existentes na época foi liquidada na pelo BC por problemas de gestão e de mau uso da poupança dos associados. Pelas novas medidas, tais restrições serão eliminadas e se abre a toda a população o acesso a tais cooperativas. Esta será, portanto, mais uma alternativa para desenvolver e consolidar o poder, a iniciativa e o desenvolvimento local e sustentável. Portanto, no novo modelo de cooperativas de crédito, qualquer pessoa interessada poderá associar-se. Pretende-se acabar com essas restrições, para que haja maior difusão das cooperativas no país, principalmente nas regiões onde há pouca ou nenhuma presença de bancos. Como as cooperativas não visam ao lucro como os bancos convencionais, podem oferecer empréstimos a juros bem mais baixos, oferecendo vantagens ao cooperado (http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho_a_2003-m06-d02-a.htm#Topo, Valor Economico).

3. O cooperativismo e sua dimensão comunitária – Algumas considerações teórico-doutrinárias

No contexto de alguns autores que analisam o lado social das cooperativas, Laidlaw, conceitua a cooperativa como “um grupo de pessoas, grande ou pequeno, comprometido na ação conjunta, baseadas na democracia e no esforço próprio, visando prestar um serviço ou concretizar um acordo econômico, que seja socialmente desejável e proveitoso para todos os seus participantes” .(LAIDLAW, 1981, p. 55). *Temos nesta definição vários elementos que nos permitem caracterizar a cooperativa como efetiva “empresa cidadã”, pelo seu caráter comunitário, democrático e realmente prestador de serviços para o atendimento das necessidades dos associados e da própria comunidade em geral.*

Segundo um grande teórico do cooperativismo norte-americano, Emory Bogardus, a finalidade das cooperativas não se limita meramente em fazer negócios, mas também, em “**recriar comunidades**” (BOGARDUS, 1964, 77), instaurando novos processos de ajuda mútua e novos métodos de organização e trabalho. E a mutualidade, numa perspectiva universalista, muito pode

contribuir para recriar e fortalecer comunidades, promovendo a ajuda mútua naquelas comunidades mais carentes e necessitadas de apoio, ou também, promovendo a cooperação entre cooperativas de ramos diferentes, reforçando, recriando assim o sentido comunitário das mesmas. Muitas cooperativas tem-se consolidado e expandido, criando inclusive um bom processo de integração do ramo em cooperativas de primeiro, segundo e terceiro grau. Mas, permanecem fechadas dentro do mesmo ramo, assumindo uma certa “**postura corporativista**” em relação a outros ramos do cooperativismo e em relação à própria comunidade. O mutualismo, numa perspectiva mais universalista e abrangente, poderá contribuir para que tais ramos mais consolidados, coloquem a sua experiência, o seu know how à disposição, para mais ajuda mútua e união entre cooperativas de ramos diferentes e ainda débeis e em fase de consolidação. Poderá contribuir também junto ao desenvolvimento mais abrangente das comunidades na quais se inserem as cooperativas, promovendo tanto a integração horizontal, quanto a vertical e funcional entre cooperativas e a comunidade.

Por isso, a força do movimento cooperativo radica na integração dos indivíduos às associações locais, fazendo irradiar a cultura da mutualidade também para fora da cooperativa, em direção à comunidade mais ampla. Tal força pode tornar-se cada vez maior, na medida em que ocorre a integração a outros órgãos e entidades maiores, que vão ampliando seus horizontes e funções, mas, permanecendo contudo sob o controle das associações locais e de seus associados individuais. As cooperativas são formadas pelo povo que as cria de baixo para cima. Por isso, segundo Bogardus, elas tem uma firme base democrática, que não teriam se elas se constituíssem de cima para baixo. Tal base democrática, construída de baixo para cima, do local para o regional, deste para o âmbito estadual, o nacional e o internacional, não se obtém de um só golpe. Requer tempo, persistência e vontade política, para que algum dia se realize no mais amplo e universal sentido possível, passando aos poucos, a ser um sistema econômico e social alternativo, embora não exclusivo, ao capitalismo.

Alicia Drimer, profunda conhecedora da doutrina cooperativa, quando fala dos benefícios das cooperativas, nos mostra, através de um elenco de vantagens, que elas são entidades de profundo conteúdo humano e social. Ou seja, *se as cooperativas, ao operam razoavelmente como cooperativas, prestam relevantes serviços aos associados e à comunidade local e regional e, por isso, elas já há muito tempo são efetivamente “empresas cidadãs”*. E o são por decorrência de sua orientação doutrinária e não apenas para adequar-se aos “modismos da conjuntura.” Vejamos algumas das vantagens apontadas por Drimer e outros (DRIMER, 1981, p. 32-38) :

3.1. Vantagens das Cooperativas.

A) Vantagens econômicas:

- a) As cooperativas fomentam a poupança e orientam a qualidade dos artigos e serviços, nas cooperativas de distribuição.
- b) Produzem rendas maiores e regularizadas nas cooperativas de produção, de produtores e de prestação de serviços.
- c) Realizam a promoção econômica e a elevação geral do nível de vida dos associados e da própria comunidade na qual a cooperativa singular está inserida.
- d) São instrumento eficaz contra a intermediação supérflua, os monopólios e outras manifestações especulativas.
- e) As cooperativas são a solução gradual e pacífica dos conflitos econômicos.
- f) As cooperativas atenuam os inconvenientes ou os desvios dos sistemas econômicos vigentes, em especial as do capitalismo.
- g) As cooperativas situam-se entre os mais eficientes instrumentos de distribuição social e regional da renda.
- h) As cooperativas são importantes reguladoras de preços no mercado: no caso das cooperativas de consumo, pressionam em prol de preços descendentes, beneficiando o consumidor em geral; no caso de cooperativas de produtores, pressionam em prol dos melhores preços que beneficiem o produtor em geral.

B) Vantagens sociais, educativas e morais:

- a) As cooperativas promovem a humanização da economia
- b) Fomentam a democratização da economia e o avanço da própria democracia política, na medida em que pretendem fazer vigorar a democracia no complexo e contraditório campo da economia e do mundo empresarial. Por isso estão criando as condições para uma participação madura na democracia política e social.
- c) Promovem a difusão da consciência e do trabalho solidário
- d) Preservam a autonomia, a dignidade pessoal e a liberdade individual dentro de uma ação comum.
- e) Fomentam a vigência de elevadas normas éticas, sobretudo num contexto tão pleno de tensões e de luta por interesses, quanto é o econômico.
- f) Aperfeiçoam a educação popular, através do estímulo ao esforço próprio e à ajuda mútua

(DRIMER, 1981, p. 32-38) .

3.2. As cooperativas e seu vínculo com a comunidade e o meio ambiente.

Vimos várias das vantagens que as cooperativas oferecem no campo econômico, social, educativo e moral. Sem dúvida, todas estas são vantagens que têm impactos positivos imediatos sobre a comunidade local.

3.2.1. As cooperativas são organizações que existem em primeiro lugar em benefício de seus associados. Devido a essa sólida vinculação com os associados, com frequência em um espaço geográfico específico, em geral as cooperativas passam a ter estreitos vínculos com a comunidade local ou regional. Tem especialmente a responsabilidade de assegurar que o desenvolvimento econômico, social e cultural de suas comunidades seja também ecológicamente sustentável.

3.2.2. As cooperativas têm igualmente a responsabilidade de trabalhar constantemente pela proteção do meio ambiente dessas comunidades. Corresponde, por isso, aos associados decidir, com que grau de intensidade e de que maneira específica uma cooperativa deverá e poderá efetuar suas contribuições à sua comunidade (ACI, 1996, p. 46). Em épocas diferentes, especialmente nas décadas de 1960 a 1990, as cooperativas tem sido grandes difusoras de uma agricultura moderna, mecanizada, para poderem continuar a estar presentes num mercado fortemente competitivo. Porém, instigadas por multinacionais de produtos agroquímicos, apelavam ao uso intensivo de produtos químicos altamente prejudiciais à natureza e ao homem, com toda série de pesticidas, herbicidas, fungicidas, de organoclorados em geral. Tal modelo de produção constituía uma crescente agressão ao meio ambiente, contaminando regiões, os recursos hídricos, os animais, as pessoas. O sétimo princípio, que na breve explicação adicional ao seu enunciado, tem presente o empenho do Movimento Cooperativo a favor de um “desenvolvimento sustentável”, requer uma análise séria, para ver como inserir esta orientação nas estratégias de futuras produções do setor primário. É esta uma importante demanda que a comunidade tem a fazer ao Movimento Cooperativo! Como, por exemplo, optar por uma produção agroecológica, por uma oferta de alimentos saudáveis à população, sem os ingredientes nocivos à saúde? Que, enfim, as cooperativas também se preocupem com a preservação dos recursos hídricos, e com um controle público e cidadão sobre os mesmos, pois a água potável é um bem cada vez mais escasso e com uma demanda cada vez maior, constituindo-se num dos maiores desafios do Século XXI.

3.2.3. A cooperativa não pode agir de forma “corporativa” em relação à comunidade na qual está inserida, fechando-se sobre si mesma como num casulo ou numa ilha. Por força dos seus valores e princípios, por força de sua longa trajetória de 160 anos de empresa cooperativa sensível ao social, ela tem condições, ela pode e deve dar seu importante contributo para o bem-estar, a

segurança, a paz, e o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual está inserida. A cooperativa, seus associados e dirigentes, em decorrência do sétimo princípio da “preocupação para com a comunidade”, são convocados hoje para colocarem sua experiência, sua força, a serviço da comunidade, tornando-se um pólo irradiador de benefícios junto à comunidade.

3.2.4. A organização cooperativa é convidada a somar-se a outras organizações da sociedade e da comunidade local, ou seja, ONGs, associações, sindicatos, entidades ecológicas, em prol do desenvolvimento sustentável e de uma distribuição mais justa dos bens, dos serviços e da renda. As cooperativas e o Movimento Cooperativo, experientes na sinergia da cooperação, devem somar esforços com os demais canais organizados da sociedade, para lutar contra a violência em crescimento nas nossas cidades, o aumento no tráfico e consumo de drogas, o desemprego, a fome, a degradação da saúde, a agressão ao meio ambiente em nome da ganância e do lucro. Pode e deve estar presente e em tantas outras frentes, onde a comunidade como um todo pode sair ganhando e somando em mais coesão, mais segurança, mais justiça e bem-estar.

3.2.5. Portanto, como entidades de caráter comunitário, segundo Drimer, “a ação das cooperativas orientadas para a defesa dos interesses de seus associados, não deve contrapor-se aos interesses gerais da comunidade. As cooperativas não procurarão benefícios diretos apenas para seus associados, mas também vantagens diretas ou indiretas para o conjunto da comunidade/sociedade” (DRIMER, 1981, p. 31). A afirmação anterior é mais fácil de realizar em relação às cooperativas de consumo ou de abastecimento, e de crédito, pois os interesses dos consumidores e poupadores/aplicadores de poupanças, revestem-se de um caráter mais geral. Já é mais problemático afirmá-lo em relação aos demais ramos do cooperativismo, pois os produtores e os trabalhadores têm interesses mais específicos e susceptíveis de conflitar com os interesses dos consumidores e dos poupadores. Entretanto, em qualquer caso, as cooperativas devem evitar cuidadosamente as atitudes que impliquem uma contraposição com os interesses gerais da comunidade e devem procurar conciliar seus interesses com as da comunidade, não assumindo atitudes especulativas, oportunistas e de exploração contra a comunidade.

3.2.6. Paul Lambert entende que as cooperativas estão “ao mesmo tempo a serviço dos associados e do conjunto da comunidade” (LAMBERT, 1975, 266). Por isso, não resulta verdadeiramente cooperativa a atitude daquelas que somente defendem os interesses de grupos minoritários de associados e se negam a considerar as conseqüências mais gerais de determinadas operações, bem como daquelas que aproveitam conjunturas econômicas favoráveis de fato ou de direito, para obter rendimentos desproporcionais para os associados, em detrimento dos interesses da maioria da população. As cooperativas sempre devem trabalhar pelo bem de seus associados, desde que não agridam os interesses da comunidade em geral. Pois, “as

cooperativas tem o dever de procurar a solução dos problemas e a proteção dos interesses de seus associados, através de um aumento da produção geral e de uma melhor distribuição dos produtos e serviços, renunciando deliberadamente a manobras especulativas, monopolistas ou a quaisquer outros tipos de manobras que atentem contra os interesses gerais da população consumidora” (DRIMER, 1981, p. 32). Ora, este tipo de orientação, dada nos inícios da década de 80, nos permitem ter uma noção, de quão sociais e empresas cidadãs eram as cooperativas, já bem antes da tendência atual de afirmar a função social e cidadã da empresa, justamente por força de seus valores e princípios, e não unicamente movidas por um “modismo” do mercado.

4. Cooperativismo e os requisitos específicos do desenvolvimento sustentável.

No relativo ao “desenvolvimento sustentável”, a cooperativa, para assumir seu compromisso social de empresa cidadã, pode contribuir nos três planos deste desenvolvimento:

4.1) A primeira importante exigência de um desenvolvimento sustentável é contribuir em prol de um desenvolvimento econômico eficiente, eficaz e adequado à realidade local e regional. Pela sua exigência de ser uma empresa racional, disciplinada, eficiente e ao mesmo tempo transparente perante o quadro social e o público em geral, ela tem todas as condições para contribuir em prol de um tal desenvolvimento econômico. A associação de pessoas, ao lançar mão de uma empresa, requer da mesma o uso dos melhores meios técnicos e administrativos para a progressiva melhoria e qualidade nos seus produtos e serviços. Em geral uma cooperativa, em decorrência do princípio da educação, capacitação e informação cooperativa, procura assimilar e introduzir as metodologias e técnicas mais modernas, para estar à altura da concorrência e da exigência por qualidade total. Investe na formação e reciclagem permanente de seus dirigentes, associados, técnicos e funcionários.

A cooperativa, por ser uma empresa sob o controle democrático dos seus associados, quando gera excedentes, estes, tendem a ser reinvestidos em sua maior parte no próprio local onde vivem e atuam os associados. Por isso, segundo Bogardus, as cooperativas, além de serem um importante meio de distribuição social/pessoal da renda, são um dos mais eficientes instrumentos de distribuição regional da renda. Pois, a cooperativa tem como objetivo combinar trabalho, capital, tecnologia e gerenciamento, para oferecer cada vez mais e melhores serviços a seus associados, e que satisfaçam às suas necessidades. Ao fazê-lo, ela promove melhores condições de renda e de vida para seus associados e indiretamente para a comunidade local, e com isso, constitui-se num dos melhores mecanismos de distribuição social e regional da renda. Portanto, a maior parte da riqueza gerada numa região retorna à mesma, graças à lógica de funcionamento das cooperativas, que faz o associado participar dos resultados do empreendimento, lá onde ele

vive e trabalha. O desenvolvimento capitalista, ao contrário, além de concentrar social e regionalmente a renda e o poder, desmantela, desestrutura as economias locais e regionais.

5.2) Um segundo requisito do desenvolvimento sustentável é a promoção de um desenvolvimento socialmente justo e equitativo. Embora existam grandes diferenças naturais entre as pessoas, cabe ao homem não instaurar diferenças por simples ganância ou ambição de riqueza e de poder, ou por motivos de cor, raça, sexo, idade, partido político ou religião. O cooperativismo quer e pode contribuir para fazer avançar a cidadania, nas suas dimensões econômica, social, política e cultural. . Pelo fato de exercer a democracia no campo social e sobretudo econômico, a cooperativa pode constituir-se numa das melhores escolas de democracia e de participação. É a expansão da cidadania/democracia do campo meramente político-eleitoral , para o campo econômico e social. A democracia liberal-representativa que verificou muito avanços nos últimos 200 anos, mas apenas no plano político-representativo, agora deve fazer avançar a democracia ao plano econômico e social das sociedades. A democracia social e econômica tem como grande desafio fazer que “a igualdade de direitos” se faça sentir sobre o controle da propriedade e também sobre o controle do processo de produção e de distribuição dos bens e serviços econômicos, sociais e culturais de cada sociedade. Enfim, que se estenda cada vez mais a série de serviços na área da educação, da saúde, da habitação, da cultura para todos os cidadãos, e não apenas para um setor exclusivo e privilegiado da sociedade. E, por outro lado, que a mídia direcione o seu poder de convencimento e de formação de opiniões em prol não apenas de um mero “bem-estar econômico e material”, esgotando-se num mero consumismo de bens e serviços materiais, como se na posse dos mesmos consistisse toda a felicidade e realização humanas, mas também nos “bens humanos , culturais e espirituais”. Diz com muita propriedade Ulrich Beck que “a desigualdade é o mais importante problema “ecológico” do planeta; ao mesmo tempo, essa é o mais importante problema de desenvolvimento. Conseqüentemente, uma análise integrada do gênero de população e da alimentação, da perda de espécies vivas e de recursos genéticos, de fontes de energia, da indústria e da colonização humana, mostra que todos estes fatores estão em estreita relação, e não podem ser consideradas como se fossem independentes um do outro” (BECK, 2003, p. 59-60)

5.3) Um terceiro requisito do desenvolvimento local e sustentável é que seja democrático e participativo. Até há pouco tempo, agia-se apenas no plano da democracia representativa, procurando conferir a cada cidadão a igualdade de voto. Agora, a mobilização em prol da cidadania ampliada, também se empenha pela instauração da democracia econômica e social. Essa causa pode encontrar no cooperativismo um dos melhores aliados, para expandir e consolidar a democracia e a participação. O cooperativismo poderá contribuir em prol de uma

maior distribuição da riqueza, do poder, do conhecimento e do domínio da tecnologia, em benefício de um crescente número de pessoas, mas a partir de uma efetiva democracia política. O cooperativismo, desde os seus inícios, e de forma audaz e precursora na própria Inglaterra de então, onde vigorava a “democracia censitária”, que conferia o direito de voto apenas àqueles cidadãos com determinado nível de renda, acima da média dos cidadãos ingleses de então, conferiu a cada cooperado a igualdade de voto, na base de “uma pessoa, um voto”, norma introduzida na reforma aos estatutos da cooperativa Pioneira em 1845. A “democracia eletiva”, presente também no universo cooperativo por muito tempo, evoluiu, desde a década de 1960 para uma “democracia participativa”, onde a participação se exerce não só através do voto e de forma periódica, mas também, através da participação em reuniões de consulta e decisão e de forma permanente, sugerindo, propondo, apoiando, mas também criticando e também controlando, fiscalizando os dirigentes eleitos. Pois, tal cultura de “participação” também se fará sentir, através do cooperado, no ambiente mais amplo da comunidade e da sociedade. O associado que aprende a “participar” na cooperativa, também aplicará seus conhecimentos e experiências, quando exercer seu direito e dever de “cidadão” no contexto político e social mais amplo...

5.4) Uma quarta condição do desenvolvimento local e sustentável é a constante vigilância em prol da preservação do meio ambiente. Este tema muito tem a ver com o que já foi desenvolvido anteriormente na questão 3.2.2. Ora, isso requer uma consciência ecológica, que, segundo Morin (2002, p. 47-48), começa pelo esforço de entender melhor nossa condição humana. Interrogar nossa condição humana, implica questionar primeiro nossa posição no mundo. Os progressos simultâneos da cosmologia, das ciências da Terra, da ecologia, da biologia, da pré-história nos anos 60-70, modificaram as idéias sobre o universo, a Terra, a Vida e sobre o próprio homem. O humano continua esartejado, partido como pedaços de um quebra-cabeça ao qual falta uma peça. As diversas ciências especializadas de hoje nos oferecem uma visão fragmentada do homem, estamos sujeitos a um pensamento redutor, que restringe a unidade humana a um substrato puramente bio-anatômico. As próprias ciências humanas são fragmentadas e assim, a complexidade humana torna-se invisível. Mas hoje, paradoxalmente assiste-se ao agravamento da ignorância do todo, enquanto avança o conhecimento das partes. Por isso demanda-se no mundo das ciências e dos diversos saberes humanos, uma crescente perspectiva transdisciplinar, que transcenda a visão fragmentada, especializada hoje dominante.

O mundo e o homem devem ser vistos numa dimensão multidimensional. Isso significa, segundo Morin, que devemos assumir a consciência que vivemos segundo quatro condições: **nossa condição cósmica**, onde no gigantesco e complexo cosmos encontramos nossas origens, **nossa condição física** onde nós, os seres vivos, somos um elemento da diáspora cósmica, algumas

migalhas da existência solar. Mas devemos igualmente assumir **nossa condição terrestre**, onde somos a um só tempo seres cósmicos e terrestres. A vida nasceu de convulsões telúricas, e sua aventura correu perigo de extinção, ao menos por duas vezes. A vida desenvolveu-se não apenas em diversas espécies, mas também em ecossistemas em que as devorações constituíram a cadeia de dupla face: a da vida e a da morte. Por isso hoje, quando há a séria ameaça da extinção de espécies animais e de plantas, devemos ser cada vez mais sensíveis à preservação da biodiversidade. Por fim, nessa nova consciência ecológica, devemos igualmente assumir **nossa condição humana**. “A hominização conduz a um novo início. O conceito homem tem duplo princípio: um princípio biofísico e um psico-sócio-cultural, um remetendo ao outro. “Somos originários do Cosmos, da natureza, da vida, mas devido à própria humanidade, à nossa cultura, à nossa mente, à nossa consciência, nos tornamos estranhos ao mesmo, que nos parece secretamente íntimo”... “Desenvolvemo-nos além do mundo físico e vivo. Neste “além” é que tem lugar a plenitude da humanidade... Trazemos no seio de nossa singularidade não somente toda a humanidade e toda a vida, mas também quase todo o cosmos, incluindo seu mistério que jaz no fundo da natureza humana” (MORIN, 2002, op. 51) .

CONCLUSÃO - Em um mundo cada vez mais secularizado e de acentuado relativismo ético, num contexto de descrédito da política, dos partidos, dos sindicatos, das associações, numa época em que o mercado impõe sua “pretensa ordem” como busca irrestrita do mero bem-estar individual, sem dúvida, a responsabilidade social, numa perspectiva mais ética, está chamada a constituir-se no saber prático que oriente a ação do homem.

A cultura empresarial, com seus “valores implícitos ou explícitos” se projeta, mais do que nunca em todos os âmbitos sociais: o lucro, o pragmatismo, a eficiência, a competitividade, a análise custo-benefício convertem-se em princípios que transcendem o âmbito da empresa e chegam inclusive, em algumas ocasiões, a tornar-se presentes nas relações mais íntimas, privadas e familiares.

Embora o conceito moderno de empresa tenha nascido com o capitalismo industrial, a partir de meados do século XVIII, inspirando-se até em grande parte na organização militar, não se pode identificar empresa com empresa capitalista. A realidade empresa é mais ampla que a empresa capitalista. Nesta, o capital tem a primazia, onde todos os demais fatores de produção estão subordinados ao capital, aos seus interesses de lucro, de concentração e acumulação. O capital assume as decisões, define as políticas e as prioridades da empresa e também, se apropria exclusivamente do lucro gerado. Toda a atividade econômica tem como motivação fundamental, gerar lucro, fomentando a acumulação e a concentração de capital nas mãos de poucos. Já em outras empresas, ou o capital privado se associa ao capital estatal, ou aos trabalhadores

(cogestão), ou ainda, está subordinado aos trabalhadores, como nas empresas de autogestão ou em cooperativas de produção. Nestas, o trabalhador associado, reunido no coletivo da assembléia geral, assume o controle da situação: apropria-se das decisões e dos excedentes gerados no processo produtivo industrial ou de serviços e, dentro da lógica da busca do “bem coletivo”, embora sempre reservando prioritariamente boas taxas de capitalização para a empresa, distribui melhor os bens, os serviços e os excedentes gerados.

Hoje, com o agravamento da questão social e da exclusão de crescente número de pessoas do processo de produção e distribuição de bens e serviços nas sociedades, todas as modalidades de empresa, as capitalistas, as empresas de autogestão, as empresas mutuais e as empresas cooperativas, mais do que antes, procuram assumir responsabilidades sociais na comunidade. As empresas capitalistas, com frequência o fazem, com forte conotação mercantilista. Assumem algumas responsabilidades sociais na comunidade, como um “modismo da conjuntura”, meramente visando melhorar a sua imagem frente ao público consumidor, com a esperança de assim aumentarem as vendas e obterem mais lucro.

As outras modalidades de empresa, de caráter mais comunitário e associativo, como as cooperativas, que se empenham em prol de uma economia de serviços e não de lucros, onde o capital é um meio importante para o seu desempenho, mas não um fim em si, como no capitalismo, a assunção da responsabilidade social na comunidade é mais autêntica. Esta opção é vista hoje cada vês mais como uma natural consequência prática de sua doutrina, de seus princípios, enfim, de sua filosofia de vida e de trabalho. Assim agindo, tais empresas querem contribuir para minorar as graves contradições hoje existentes no social, aprofundadas pelo absentismo do Estado neoliberal. Mas querem fazê-lo, como parceiros de outras entidades, no enfrentamento da “questão social”, mas sem com isso pretenderem substituir o Estado. Este deve continuar e ampliar sua insubstituível função pública, como principal agente promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, não tanto como empresário, mas principalmente como repassador de recursos às entidades da sociedade ocupadas com o social, incentivando-as, estabelecendo diretrizes e prioridades, mas também, fiscalizando-as e cobrando-as.

BIBLIOGRAFIA

- 01 - ACI Alianza Cooperativa Internacional. *Los principios para el siglo XXI*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1996. 48 p.
- 02 - BAUMAN, Zygmund. Schwache Staaten. Globalisierung und die Spaltung der Weltgesellschaft, in BECK (Hrsg) Kinder der Freiheit.
- 03 - BECK, Ulrich. Che cos'è la globalizzazione – Rischi e prospettive della società planetaria. Roma: Carocci Edit. , 2003 (9°. Reimpressão).
- 04 - BOGARDUS, Emory. *Cooperação; princípios*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964. 90 p.
- 05 - BÖÖK, Sven Ake. *Valores cooperativos para un mundo en cambio*. San José/Costa Rica: ACI/Informe para el Congreso de la ACI-Tokio, 1992. 244 p.
- 06 - COVRE, Maria de L. Manzini, O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- 07 - DRIMER, Alícia e DRIMER, B. K. Las cooperativas: Fundamentos, historia, doctrina. Buenos Aires: Intercoop, 1981, p. 32-38.
- 08 - GARZON, Carlos Uribe. *Bases del cooperativismo*. 3. ed. Bogotá: D.E., 1984. 360 p.
- 09 - LAIDLAW, Alexander. El cooperativismo en el Año 2000. Buenos Aires: Intercoop, 1981, p. 55
- 10 - LAMBERT, Paul. *La doctrina cooperativa*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1977. 357 P.
- 11 - LAUSCNER, Roque. *O homem e o modelo sócio-econômico. Perspectiva Econômica*, São Leopoldo v. 17, n. 18, p. 37-68, 1978.
- 12 – MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. – 6ª. Edição. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002, 118 p.
- 13 - NAMORADO, Rui. *Horizonte cooperativo: Política e projecto*. Coimbra: Almedina, 2001, 224 p.
- 14 – OCB. GETEC: Núcleo de Banco de Dados da OCB , Brasília, dezembro de 2002.
- 15 - http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho a 2003-m06-d02-a.htm#Topo, Valor Economico.
- 16 - http://www.ocb.org.br/Coop_na_midia/junho a 2003-m06-d13-a.htm#Topo#Topo, Gazeta Mercantil.
- 17- PINHO, Diva Benevides. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p. v. I e III.
- 18- PINHO, Diva Benevides. *Gênero e desenvolvimento em cooperativas: compartilhando igualdade e responsabilidades*. Brasília: s.n. , 2000, 152 p.
- 19 - SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999. 460 p.

- 20 - SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful; o negócio é ser pequeno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 261 p.
- 21 - TÉVOËDJRÈ, Albert. *Pobreza, a riqueza dos povos; a transformação pela solidariedade*. Petrópolis: Vozes, 1981. 205 p.
- 22 - VEGA, Daniel Navas. *Aporte de las cooperativas a un proceso de desarrollo con equidad en América Latina*. Santafé de Bogotá: ALCECOOP y Cunsultamérica, 1995. 106 p.
- 23 - WATKINS, William Pascoe. *Los principios cooperativos hoy y mañana*. Bogotá: ESACOO, 1989. p. 131-144.

CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E COOPERATIVISMO.

Vivemos imersos em plena época de globalização econômica, sobretudo dos mercados, e da globalização cultural que se expressa de várias formas, mas especialmente através da mídia, em que ocorre a diluição das fronteiras nacionais, em que o grande capital e as corporações transnacionais torcem por um Estado mínimo. Justamente neste contexto, verifica-se um crescimento da consciência da cidadania e um avanço de formas de economia solidária e de cooperativismo. Através do presente ensaio, a ser apresentado no III Encontro Latino-americano dos Pesquisadores em Cooperativismo, deseja-se analisar a estreita relação que existe entre a construção da cidadania, a construção de formas solidárias e civis de enfrentamento dos complexos problemas de hoje, onde o Estado se mostra cada vez mais impotente para sozinho fazer frente aos graves e complexos desafios sociais e econômicos hoje em ascensão. Há esforços e iniciativas que visam encontrar soluções locais para problemas globais, ou seja, cõnscios que “importa pensar globalmente os problemas, mas agindo localmente”. O próprio processo da globalização, segundo análises sociológicas mais recentes, tendem a ver um forte contraponto na globalização, através da crescente reafirmação e o resgate de raízes, locais. É o que o sociólogo alemão Ullrich Beck, na obra “O que é a globalização? – Riscos e perspectivas da sociedade planetária” tende a caracterizar como a “glocalização”^(*), uma simbiose, uma simultaneidade entre o processo de globalização e de reafirmação das potencialidades locais. Aliás, segundo ele, as próprias entidades transnacionais, financeiras e industriais, tem suas sedes ou seus principais parques econômicos, claramente situados em determinadas regiões localizadas do planeta, com cujas localidades procuram manter laços estreitos e cultivar seus símbolos

(*) BECK, Ulrich. *Che cos'è la globalizzazione – Rischi e prospettive della società planetária*. Roma: Carocci, 2003 (9º. Reimpressão), p. 54, 65-70.

locais... No ensaio pretende-se conceituar brevemente o que é o processo de cidadania, seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, mas também, seus deveres, responsabilidades, compromissos e requisitos da cidadania hoje, A seguir, tenta-se responder à questão se é possível reverter o processo da "dissolução e exclusão social" , através do avanço da cidadania. Num outro momento do ensaio, pergunta-se pelos contrapontos da globalização, ou seja, quais são hoje os o"freios" e os "contrapesos" possíveis ao processo da globalização. Por isso, na seqüência a estas considerações, pretende-se abordar os temas 1. do cooperativismo e sua dimensão comunitária, suas vantagens econômicas e sociais, educativas e morais. 2. As cooperativas, seu vínculo com a comunidade e o meio ambiente. 3. Cooperativismo e os requisitos específicos do desenvolvimento local e sustentável.